

Entrevista: O Ensino de Geografia e sua relação com as recentes manifestações sociais.

Dr^a Lorena Lopes Pereira Bonomo – FEBF/UERJ

lorenbonomo@hotmail.com

Entrevistadora:

Késia Paula de Oliveira – FEBF/UERJ

oliveira.kesia12@gmail.com

1- As manifestações sociais que se delinearam entre o final de 2017 e o ano de 2018, nos mostraram que para além da universidade, a luta também foi vivenciada por alunos do Ensino Médio e Fundamental no Estado do Rio de Janeiro, que presenciaram o sucateamento da rede de ensino Estadual e reivindicaram seus direitos. Muitos autores verificam nessa relação, os Movimentos sociais como atores educativos, como você os enxerga dentro da universidade e da escola?

A partir da constatação de que também há uma pedagogia fora da Universidade e da escola pode-se caminhar para a reflexão da pedagogia que as marca. A pergunta fundamental a ser feita, nesse sentido, é: a quem serve nosso conhecimento? Compreendo que é nessa relação, que se estabelece principalmente da educação popular, pública é que os movimentos sociais se apresentam como atores que indagam os modos de produção de conhecimento, a construção de saberes e que colaboram para atualizar as instituições educativas. Se pensarmos, como propõe Carlos Nelson Coutinho, na democracia como processo e não como estado, portanto se falarmos em democratização, podemos e devemos dialogar com as lutas estudantis em bases como de socialização crescente e de participação. As manifestações estudantis, a potencialidade das ocupações compõem um movimento que precisa refletir em modos de repensar nossos currículos, nossas avaliações, além obviamente das condições de trabalho e estudo nesses espaços. Aliás, perceba a dimensão espacial que se apresenta nas ocupações. Retomando e reinventando espaços interditados aos estudantes na escola, reorganizados a partir de agendas de reivindicações que buscavam contestar desde políticas públicas até as lógicas, os modos de operar cotidianamente nas escolas. Sem dúvidas, para além do que temos a ensinar, e sem de forma alguma abirmos mão disso, temos muito a aprender com eles.

2- Não podemos negar que as tecnologias têm se mostrado como um meio comunicacional, para a articulação e organização de Manifestações Sociais. Essa relação desenfreada de acesso as redes, pode ser tanto uma ferramenta de politização consciente, como inconsciente por parte dos jovens. Nesse panorama, você acredita que esse ativismo político online, tem se verificado como um ativismo consciente?

A questão inicia de um modo que me parece mais potente para pensar a relação tecnologias e mobilização, conjugadora, não me obrigando assim a escolher entre ou isto ou aquilo. Não acho que as redes sejam, por si, responsáveis pelo que entendo que vocês estão chamando de “politização consciente/inconsciente”, que imagino deva ser o gesto do sujeito atuar no

campo político tendo ou não essa intenção, essa pretensão. Em tempos de disseminação das fake news, repassadas freneticamente, muitas vezes sequer confrontadas com o mundo que o sujeito vê, vive, acho que corremos um risco imenso dessa primazia da fruição, do consumo sob a reflexão, o debate. Por outro lado, é inegável que as dinâmicas mobilizadoras ganham nossos mecanismos nesse contexto comunicacional, e que é preciso pensar e contrapor esse risco ocupando também, mas não só, espaços virtuais, de modo qualificado.

3- Não obstante, as manifestações sociais trabalham com conceitos muito presentes na geografia, como território e espaço, que chegam em sala de aula mediante a contextualização. Segundo a LDB, as manifestações sociais constituem um espaço informal de educação. Com o atual currículo de geografia, você acredita que há caminhos para que o professor possa despertar a criticidade dos alunos, frente as manifestações sociais?

Logo no início do documento, no primeiro artigo, está registrado que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A seguir a LDB explicita que a educação escolar se desenvolve, **predominantemente**, por meio do ensino, em instituições próprias. Nesse sentido, e para disputar como o que pode representar de ameaça às classes populares essa “brecha” na acirrada disputa ideológica que conformou a construção da LBD, a escola pública precisa ganhar centralidade nas discussões relativas à educação na Universidade. As manifestações sociais, por sua vez, interrogam a formação docente e exigem cada vez mais um currículo dialogado e capaz de responder às práticas sociais - que são sempre espaciais - de forma emancipadora. Ao lançar um olhar para o que foi conquistado no âmbito dessas disputas, principalmente pelos movimentos sociais - e que já se encontra sob muitas ameaças -, e consciente do tempo sombrio que estamos vivenciando, entendo que é urgente ocupar nossos documentos curriculares pelas questões que esses movimentos apontam para a Universidade, para a formação de professores. Com a clareza que é preciso um esforço teórico-político-epistemológico para perceber que tais questões atravessam os componentes específicos da ciência, geográfica no nosso caso, e aí podem ganhar sentidos e novos contornos. O desafio é acolher as pautas, disseminá-las no currículo – tanto pelas agendas quanto pela abertura nos nossos referenciais - e engendrar a produção do conhecimento, de modo crítico, com professores e alunos.

4- A Reforma do Ensino Médio, e a não obrigatoriedade da Geografia, têm sido foco de discussões e manifestações também. Verifica-se que essa flexibilização do currículo imposta pela medida, afetaria nitidamente a vida dos educandos e docentes. Todavia, grande parte da sociedade ainda permanece dispersa das consequências da reforma para o ensino. Como docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, você tem notado um esforço das universidades em dialogar sobre a reforma? Se sim, conte-nos como essa medida têm influenciado o cotidiano da formação de professores de geografia.

A medida provisória que reforma o Ensino Médio por si é uma afronta a todo processo de construção histórica da educação como um direito no país, uma vez que aprofunda as desigualdades de oportunidades educacionais ao impor os itinerários formativos – e é importante ressaltar como essa proposta se apoia justo numa captura perversa de uma noção de autonomia, sempre vinculada a pensamentos progressistas da educação – deixando a critério dos sistemas de ensino sua oferta, e muito a princípio de conversa dos estudantes, sua escolha, já que serão contemplados apenas caso a escola tenha condições de ofertá-lo. O quadro ainda se agrava mais ao levantarmos a desqualificação da docência por medidas precarizadoras como o chamado “notório saber”. Então, por si, o texto, relacionado à Base Nacional, já se apresenta como um retrocesso imenso. No que se refere a não obrigatoriedade do Ensino de geografia é importante registrar que Yves Lacoste já denunciava em “A geografia, isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra”, o papel estratégico dessa ciência na leitura do mundo, e todas as pressões que ela, convertida em disciplina escolar, sofria para esconder essa importância. Penso que não tivemos, ainda, uma resposta da Universidade à altura do que representa esse ataque à docência de modo geral. Construção de notas de repúdio, debates em algumas Unidades – em aulas e espaços compartilhados, mas ainda assim tímido diante do tamanho do ataque. E nesse sentido, o que temos percebido, já se desenha como parte do efeito devastador dessa medida. Perda de interesse e esvaziamento dos cursos de licenciatura, alunos se movimentando para obter licença para atuarem em outras áreas do conhecimento, como sociologia e filosofia, no Ensino Médio. Infelizmente a Reforma, que gasta milhões em propagandas na TV ressaltando enganosamente seu engendramento, não teve uma organização para enfrentamento à sua altura, ainda.

5- Em seu artigo “ GEO-GRAFIAS INFANTIS: DESAFIOS DA PESQUISA COM CRIANÇAS E O ESPAÇO PRATICADO DA ESCOLA” você descreve que “ Os espaços são pensados, lidos e escritos. Lógicas hegemônicas tendem a universalizar essas ações, mas lógicas outras, culturalmente resistentes, tratam de fazer espocar, aqui e ali, formas novas, geo-grafias novas.” Ao referir-se a geo-grafias novas você relaciona no texto a ideia de resistências. Partindo desse pressuposto, você consideraria dizer que a formação de docentes de geografia, precisa se repolitizar, frente às novas demandas sociais que se apresentam em coletivos e movimentos sociais?

Ao abordar as potencialidades e possibilidades das geo-grafias, das formas diversas de marcar a terra, riscar os espaços, apontamos para um devir-mundo. Para um realismo esperançoso que advém do que Milton Santos nos ensina: O mundo não é composto só pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”. Existir, resistir, reinventar, repolitizar. Mas é possível pensar em docência sem politização? Penso que não. Compromisso político e competência técnica, como nos ensina Demerval Saviani, precisam estar conjugados na formação e na atuação dos professores. Certamente, ainda mais em tempos como os atuais, onde disputas pelo nosso fazer, pelas novas reflexões, tomam a agenda de movimentos conservadores, é preciso reafirmar a educação como ato político. É preciso resistir às argumentações que estrategicamente fingem nos exigir a impossível “neutralidade”, esvaziando de sentido transformador do ato educativo. De certo também, militar pela educação exige investir na educação do educador, que se dá

nos estudos, na pesquisa e na luta, na conscientização do lugar do professor como trabalhador. Os coletivos que seguem abrindo e conquistando representações e espaços dentro das licenciaturas então estão provocando atualização do papel político, intelectual da docência, que só com essas dimensões se realiza de fato.

[1] Doutorado em educação pela Universidade Federal Fluminense em 2015. Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.